

JOÃO RODRIGUES NETO

**A ATIVIDADE PETROLÍFERA COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA
E DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO RIO GRANDE DO NORTE – 1985-2004**

Resumo

O objetivo do presente trabalho é discutir as questões relacionadas com as transformações que ocorreram na base industrial do Rio Grande do Norte (RN), no período de 1985-2004, resultado da dinâmica imposta pelo setor petrolífero brasileiro. Essas transformações resultaram da nova fase da Petrobras, que se configura com a quebra ou flexibilização do monopólio da exploração e produção do petróleo, de resistência ou superação de uma crise política ou de concepção ideológica. Com a implantação da nova matriz produtiva, a indústria de extração de petróleo marca o início de uma etapa moderna na industrialização do estado do RN. O importante é saber se o dinamismo da atividade petrolífera no Rio Grande do Norte, mesmo que se apresente de forma contraditória como nova planta industrial, foi capaz de modificar o estágio de atraso em que se encontrava a economia. Portanto, a atividade produtiva realizada pela Petrobras foi importante para diversificar a base econômica estadual, com a implantação de novas atividades industriais ligadas à atividade extrativa de petróleo.

I. Introdução

As mudanças estruturais que ocorreram após os anos 1950 no processo produtivo – com a internacionalização do capital ou sua mundialização – foram impulsionadas por uma aceleração no processo de modernização tecnológica que alterou os determinantes da competitividade das atividades econômicas. Dessa forma, o eixo central das discussões estava voltado para a estratégia capaz de promover a inserção da economia brasileira nessa nova ótica da economia capitalista mundial, ao considerar que o processo de produção capitalista é estritamente concentrador, não só no que se refere à propriedade dos ativos, como na sua manifestação espacial. É nesse fenômeno da concentração espacial que se acumularam mais riquezas e empregos industriais, foi aí que se desenvolveu a urbanização que deu apoio à industrialização, caracterizando as áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Mattoso, ao analisar o desempenho da economia brasileira no que se refere à criação de postos de trabalho, destaca:

“O Brasil teve ao longo deste século uma história de crescimento econômico, geração de empregos, mobilidade social e concentração de renda. Com uma

inserção internacional ampla, mas qualificada por meio de um processo de substituição de importações, viabilizou-se no pós-guerra um dos mais intensos processos de urbanização e industrialização, transformando em poucas décadas um País de base agrária em uma das maiores e mais dinâmicas economias do mundo.” (MATTOSO, 1999, p. 21)

Dentro desse cenário, a industrialização brasileira, de forma diferenciada no tempo e no espaço, desenvolveu o setor primário com novas técnicas de produção e industrializando a agricultura. A respeito dessa dinâmica, pode-se ressaltar que a urbanização é resultado do processo de industrialização, e não se pode resgatar o processo histórico de sua formação sem enfatizar as questões espaciais e temporais. Portanto, o processo de desenvolvimento se explicita na história, e a urbanização é uma das objetivações da história do processo de industrialização. Segundo Cano,

“mesmo em regiões em que a dinâmica da economia revelava fraco desempenho, o excedente gerado poderia, pelo menos em parte, ser transferido para outros segmentos produtivos, diversificando-a. Ou poderia ser parcialmente investido, de forma complementar a atividade principal, como por exemplo, ampliar ou modernizar a infraestrutura para diminuir custos do setor produtivo para exportação. Evidentemente, naquelas regiões onde o ritmo de produção e as margens de lucro fossem mais firmes e mais altos, maior diversificação industrial se obteria.” (CANO, 1998, p. 61)

Nesse contexto, a inserção da atividade petrolífera no Rio Grande do Norte, realizada pelo Estado nacional, foi importante para diversificar a base econômica estadual, com a implantação de outras atividades industriais ligadas à extração de petróleo. Os resultados obtidos pelo Rio Grande do Norte nessa atividade, aliados ao excelente desempenho do conjunto da economia na década de 1980, conforme Tabela 1, refletem a importante participação da Petrobras, assim como do Estado, na composição do PIB, resultado dos investimentos canalizados para a agricultura – com destaque para a construção da barragem Armando Ribeiro (Açu – RN) e os incentivos às agroindústrias; para a indústria de extração de petróleo e gás natural, nas atividades de exploração e de produção; e para a expansão do setor serviços, no qual se destacam: a) a terceirização – empresas prestadoras de serviços à Petrobras; b) o comércio, inclusive hotéis e restaurantes; e, c) a infraestrutura do turismo estadual.

TABELA I. Taxa real de crescimento do PIB

Período	BR	NE	RN
1970-1975	11,19	9,96	13,15
1975-1980	9,4	11,1	11,16
1980-1985	1,88	5,29	6,22
1970-1985	7,41	8,76	10,14
1986-1990	1,24	-1,01	0,75
1991-1995	3,58	2,42	1,77
1996-2000	2,12	1,96	5,02
2001-2004	2,45	4,85	5,68
1986-2004	2,23	2,22	3,41

FONTES: IBGE.

A presença do Estado nacional na economia do Rio Grande do Norte, enquanto produtor de petróleo ou como fomentador de investimentos para outras atividades econômicas, foi de fundamental importância pelo caráter multiplicador na formação da renda e no nível de emprego ao utilizar-se de alguns segmentos do setor terciário, indispensáveis às suas atividades produtivas. A implantação de uma nova matriz produtiva foi capaz de transformar a base produtiva e econômica do estado, bem como de criar novas alternativas para o surgimento de outras atividades econômicas ligadas ou não ao setor petrolífero.

Com as mudanças que ocorreram na base industrial do Rio Grande do Norte – após a instalação das atividades petrolíferas como uma nova matriz produtiva, a partir do final dos anos 1970 – torna-se relevante analisar os resultados obtidos pela economia, com base no seu desempenho no período pós-1985-2004, como forma de verificar até que ponto o advento ou implantação da Petrobras foi capaz de impactar essa economia. Vale considerar, nesse contexto, a exigência imposta na diversificação de atividades industriais e/ou de serviços necessárias ao desenvolvimento das atividades petrolíferas ou da Petrobras, na Bacia Potiguar. A análise possibilita verificar – a partir de dados da evolução do Valor Agregado Bruto a preços básicos correntes (VAB pb), para se obter o valor do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB pm) – o desempenho dos setores de atividades da economia do Rio Grande do Norte, em relação às economias do Nordeste e do Brasil, de tal forma que indique no período analisado qual foi sua importância ou contribuição para o conjunto da economia nacional.

2. Contextualização da economia do Rio Grande do Norte

No período que antecedeu a década de 1970, mais propriamente até meados dos anos 1960, a economia do RN, como a maioria dos estados do Nordeste, tinha uma característica básica: ser autenticamente uma economia agroexportadora. O processo de produção da economia do RN tinha como sua atividade principal a agropecuária, que representava 45% de toda a sua produção. Concentravam nessa atividade 67% da população economicamente ativa ou aproximadamente 41,3% da população estadual, segundo dados do IBGE.

Somente no final da década de 1960, mesmo de forma tardia em relação ao resto dos estados nordestinos, é que ocorre ou emerge o processo de industrialização no Rio Grande do Norte. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) desempenhou um papel importante nesse processo de industrialização ao financiar plantas industriais – para formação de um parque têxtil – por meio de mecanismos de incentivos fiscais. É importante destacar que a política de industrialização em alguns estados do Nordeste, iniciada na década de 1960, por um lado tinha como princípio diminuir as desigualdades regionais; por outro, ocasionou uma concentração de população nas grandes cidades, resultado do êxodo rural, processo migratório estimulado pela implantação de distritos industriais. No Rio Grande do Norte, a concentração espacial trouxe problemas de ordem estrutural, no que concerne ao fluxo migratório, campo-cidade, mas também conseguiu resolver a questão da mão de obra não especializada, que teve uma parcela significativa absorvida pelas indústrias emergentes. Moreira faz uma crítica ao processo desencadeado pela urbanização quando afirma que “a respeito da concentração espacial, resultado da política de industrialização do Nordeste, os problemas urbanos e o do desemprego revelam-se bastantes agudos, já que não houve políticas complementares em outros setores que pudessem diminuir a tendência à urbanização” (MOREIRA, 1979, p. 59).

Mesmo tendo implantado atividades agroindustriais a partir dos anos 1970, o Rio Grande do Norte ressentia-se da falta de sua inserção no comércio internacional por não ter um setor produtivo que produzisse bens capazes de competir no mercado externo, ou seja, um produto com vantagens comparativas e competitivas. O Rio Grande do Norte, até o início dos anos 1980, tinha sua agricultura baseada na cultura de sequeiro: algodão e culturas de subsistências, cujo fator climático era a principal variável, sendo modificada pela introdução da fruticultura irrigada, que diversificou a produção agrícola ao incorporar novas tecnologias.

Esse novo cenário na economia do Rio Grande do Norte possibilitou a inserção da sua economia no mercado internacional, apesar de ter sua base

econômica apoiada em setores como: *agropecuário*, no qual se destaca a fruticultura (na agricultura), a caprinocultura (na pecuária), a carcinicultura (camarão em cativeiros) e a pesca; o *extrativismo mineral*, com a extração de petróleo (sendo o segundo produtor nacional) e a produção de sal (responsável por 95% do consumo do País); *indústria de transformação* de açúcar e de combustíveis (gás natural, diesel e querosene de aviação), têxtil, minerais não ferrosos, alimentos e bebidas; e *serviços* (destaque para as atividades ligadas à produção de petróleo e as do turismo).

Com o advento da Petrobras, em meados da década de 1970, instala-se, no Rio Grande do Norte, um complexo de atividades de exploração, perfuração e produção de petróleo capaz de modificar a estrutura da economia estadual, resultado da prioridade do Estado brasileiro em expandir essas atividades com a finalidade de aumentar a produção nacional de petróleo. A implantação dessa nova matriz produtiva marca o início de uma etapa moderna na industrialização do estado.

O indício da existência de petróleo no subsolo do Rio Grande do Norte levou a Petrobras a realizar pesquisa e exploração, constatando que se tratava realmente de jazida (ou hidrocarbonetos) com volume potencial de petróleo de boa qualidade e produção economicamente viável. Em 27/12/1979, entraria em fase de operação o poço 9-MO-013-RN, perfurado próximo ao poço do Hotel Termas, que seria o marco da primeira descoberta terrestre de petróleo economicamente viável no Rio Grande do Norte. Esta descoberta levaria a Petrobras a intensificar suas atividades de pesquisa e exploração, com sucesso, em diversos municípios potiguares, como Areia Branca, Alto do Rodrigues, Ipanguassu, Apodi, Governador Dix-sept Rosado, Caraúbas, Upanema, Açu, Carnaubais, Porto do Mangue, Serra do Mel, Macau, Felipe Guerra, Upanema e Guamaré. Vale destacar que dentre os poços perfurados e em desenvolvimento, o campo terrestre em Canto do Amaro, no município de Mossoró, é considerado pela sua capacidade produtiva como o maior campo terrestre de petróleo do País. Portanto, a descoberta do Campo de Canto do Amaro, em 1985, consolidou as atividades da Petrobras na busca e extração de petróleo na Bacia Potiguar. Essa história do petróleo em terras potiguares explica as razões pelas quais a Petrobras foi para o Rio Grande do Norte, resultando na descoberta da segunda maior bacia petrolífera do País.

Quiçá tenha sido uma intuição a possibilidade da existência de petróleo, que insistentemente foi defendida pela crença popular dos potiguares – no seu senso comum – ao longo das décadas de 1950 a 1970, contrariando os fundamentos

da ciência geológica. Finalmente, a descoberta de cerca de 450 milhões de barris de óleo (reserva provada) transformou a Bacia Potiguar na segunda maior produtora de petróleo do Brasil. O importante é saber se o dinamismo da atividade petrolífera no Rio Grande do Norte, mesmo que se apresente de forma contraditória, como nova planta industrial, foi capaz de modificar o estágio de atraso em que se encontrava a economia. Só nos resta analisar o desempenho da economia potiguar a partir da implantação das atividades da Petrobras no estado, e verificar se essas atividades foram capazes de impactar a economia de tal forma que tenham provocado um desenvolvimento econômico e social.

3. A Petrobras como fator de desenvolvimento

O dinamismo que a atividade petrolífera brasileira exerce em uma determinada região reflete nos processos de crescimento e desenvolvimento econômicos, de tal forma que induz as mais variadas transformações sociais ao beneficiar comunidades com programas de inserção social, tais como: culturais e artísticos (preservando e valorizando a cultura local); de preservação do meio ambiente; de preservação arqueológica; educacionais de profissionalização; de geração de renda; e de esportes e lazer. Esse é o caso do Rio Grande do Norte, onde a Petrobras contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, bem como para as iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida, principalmente das populações rurais carentes dos municípios produtores de petróleo, além de induzir a implantação de diversas atividades econômicas industriais e de serviços. Os resultados obtidos na atividade de produção que se mostram sempre crescentes, apesar de algumas inflexões (1993 a 1995), refletem a política adotada pela Petrobras no Rio Grande do Norte, política essa voltada para a ampliação de todas as outras atividades petrolíferas e para a canalização de recursos para a economia potiguar, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, além de proporcionar outros benefícios visando à melhoria da qualidade de vida da população carente.

A participação da Petrobras no desenvolvimento estadual e regional por meio da possibilidade de geração de empregos direto ou indireto, ou seja, pelos programas sociais de atendimentos às comunidades mais carentes, resulta de uma estratégia da empresa que:

“Sempre investiu no desenvolvimento de tecnologia no País, em programas de pesquisas junto a universidades, na especialização de mão de obra regional, em atividades que beneficiam as comunidades, cumprindo seu papel social.

Uma empresa multinacional não substituirá a Petrobras nesses aspectos, pois além de trazer tudo pronto lá de fora, não tem laços com nossa sociedade.”
(VIDAL; VASCONCELOS, 2001, p. 140)

Todo esse envolvimento da Petrobras com a sociedade potiguar resultou num movimento migratório crescente no estado no período que vai dos anos 1970 a 2000, conforme a Tabela 2. Esse processo migratório ocorreu como resultado tanto da expansão das atividades da Petrobras no Rio Grande do Norte como das empresas prestadoras de serviços à Petrobras, que em sua maioria exigiam uma força de trabalho especializada, não disponível no estado, o que suscitou na importação desses trabalhadores de outras regiões do País.

TABELA 2. População e taxa de crescimento demográfico dos municípios produtores de petróleo do Rio Grande do Norte – 1970-2000.

Municípios produtores de petróleo/população	1970			2000			% total 2000/1970
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	
Açu	13.250	11.788	25.038	34.645	13.259	47.904	91,33
Alto do Rodrigues	1.463	3.341	4.804	6.482	3.017	9.499	97,73
Apodi	5.111	15.945	21.056	16.353	17.821	34.174	62,39
Areia Branca	10.755	4.845	15.600	17.861	4.669	22.530	44,42
Caraúbas	4.406	7.378	11.784	12.304	6.506	18.810	59,62
Carnaubais	603	4.764	5.367	2.104	6.088	8.192	52,64
Felipe Guerra	662	3.100	3.762	3.276	2.258	5.534	47,10
Gov Dix-Sept Rosado	1.838	6.930	8.768	5.904	5.868	11.772	34,26
Guamaré	865	1.957	2.822	3.599	4.550	8.149	188,77
Macau	18.832	6.968	25.800	18.612	7.088	25.700	(-) 0,39
Mossoró	79.409	17.736	97.145	199.081	14.760	213.841	120,13
Pendências	5.065	3.594	8.659	8.944	2.457	11.401	31,67
Porto do Mangue	0	0	0	2.285	1.779	4.064	0
Serra do Mel	0	0	0	8.203	34	8.237	0
Upanema	1.820	4.710	6.530	5.043	5.948	10.991	68,32
População área Petróleo	44.079	93.056	237.135	344.696	96.102	440.798	85,88
População do RN	717.483	795.515	1.512.998	2.036.673	740.109	2.776.782	83,53

FONTE: IBGE – Censo Demográfico do RN – 1970 e 2000.
Elaborada pelo autor.

Pode-se constatar que esse movimento migratório apresenta um crescimento nos municípios produtores de petróleo (85,88%), quando comparados com o crescimento da população estadual (83,53%). À exceção do crescimento ocorreu em Macau, onde o resultado foi negativo (-0,39). E os municípios que se emanciparam após 1970 – Porto do Mangue e Serra do Mel – não foram computados no resultado final dos municípios produtores de petróleo do estado.

Dois municípios se destacam pelas altas taxas demográficas: Mossoró e Guamaré. O primeiro registrou 120,13% de crescimento populacional no período analisado – o que se explica pela grande concentração de campos petrolíferos (a exemplo do campo de Canto do Amaro, maior produtor terrestre do Brasil) e pela oferta das melhores condições de infraestrutura da região. Guamaré teve 188,77% de crescimento populacional graças ao fato de estar localizado no Polo Industrial, onde se concentram atividades que demandam uma grande parcela de trabalhadores. Além do mais, o Polo Industrial reúne atividades de refino (com uma minirrefinaria produzindo) e distribuição de gás natural.

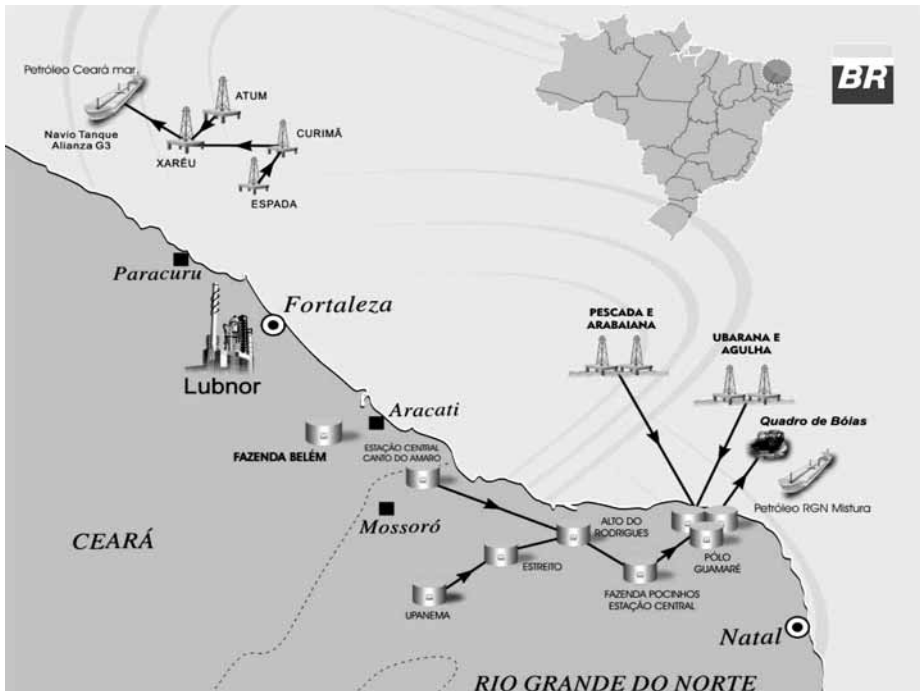
A tendência crescente das exportações de petróleo e de gás natural – como resultado do aumento dos investimentos nas atividades de exploração e de produção –, conjugada com a infraestrutura existente no Polo Industrial de Guamaré, possibilitará ao estado tornar-se, em curto prazo, a sede de um novo polo petroquímico brasileiro, com diferencial (produz petróleo e gás natural) para atrair indústrias e pelas condições de adequar e atender as necessidades das empresas que demandam matérias-primas e derivados do petróleo necessários às diversas atividades da indústria petroquímica. Vale destacar que o Polo Industrial de Guamaré, conforme o Mapa 1, além de contar com um terminal de armazenamento e transferência de petróleo, dispõe de uma minirrefinaria, onde produz Querosene de Aviação (QAV); duas plantas de produção de diesel e nafta; duas unidades de processamento de gás natural; e de uma planta piloto de biodiesel. Conta, ainda, com duas estações de tratamento de afluentes (tratam a água separada do petróleo para devolver ao meio ambiente, via emissários submarinos).

O Polo Industrial de Guamaré é constituído de modernas instalações industriais, onde desenvolve as atividades de tratamento e processamento de petróleo e gás natural produzidos nos campos marítimos e terrestres, resultante de uma infraestrutura produtiva instalada pela Petrobras, conforme dados da Gerência de Comunicação Empresarial da UN-RN/CE: a) 34 plataformas marítimas de produção; b) 50 campos produtores em terra; c) 6.099 poços perfurados (4.726 são poços produtores); d) 556 km de oleodutos; e) 542 km

de gasodutos; f) nove estações de tratamento de fluídos (óleo); g) 17 estações de injeção de vapor; h) 67 estações coletoras de óleo e gás; i) oito sondas de perfuração; j) 18 sondas de intervenção; e l) oito estações de compressão de gás.

O Polo Industrial de Guamaré centraliza o resultado de todas as atividades de produção de petróleo e gás natural – tanto terrestre como marítima –, que são transportados por meio de dutos. No Polo, o petróleo passa por processamento em que é separado da água, em seguida é armazenado, sendo posteriormente exportado para refinarias em outros estados. O transporte é realizado por navios que recebem o produto, a distância de 30 quilômetros da costa litorânea, por intermédio de dutos. O Polo de Guamaré processa e produz: gás de cozinha (GLP); gás industrial; gás natural veicular (GNV) e 630 mil litros/dia de óleo diesel. Essa produção faz do Rio Grande do Norte um estado autossuficiente desses produtos, bem como exportador dos excedentes da produção de gás industrial, gás de cozinha e gás natural veicular para os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Mapa I. Localização do Polo Industrial de Guamaré (RN)



FONTE: Petrobras.

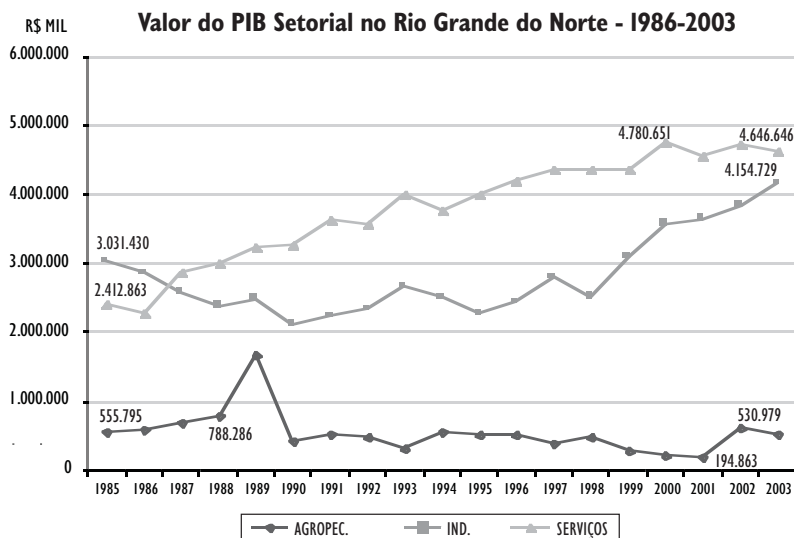
Com a reestruturação produtiva, pós-flexibilização do monopólio estatal do petróleo, a Petrobras implantou uma política de geração de novas fontes energéticas. Desta forma, assumiu uma nova característica de empresa de produção e de comercialização de energia elétrica. No Rio Grande do Norte, a Petrobras iniciou a produção de diesel a partir da utilização do óleo de mamona – Projeto do Biodiesel, que se encontra em fase de ampliação. Implantou no município de Macau o projeto de uma usina eólica – a primeira experiência da empresa no País –, que está gerando 1,8 *megawatt*, e a energia extra (ou excedente) é utilizada na produção de petróleo nos campos de Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal. Outro projeto importante, em consórcio com o governo do estado, é a instalação da Termoauçu (geração de energia termelétrica, com a utilização de gás natural), que aumentará em 325 *megawatts* a oferta estadual de energia. Outra fonte energética está sendo utilizada pela Petrobras no Rio Grande do Norte: a energia solar para acionamento de poços (projeto piloto em poços de produção terrestre).

A atividade petrolífera possibilitou a transformação da economia potiguar. O que antes era apenas uma economia agropecuária (baseada na produção do algodão, sal e pecuária), no período pós-Petrobras 1970 ganhou uma nova matriz industrial de atividade petrolífera capaz de atrair outras atividades ligadas ao setor petroquímico. O aumento das atividades petrolíferas na Bacia Potiguar está contido no planejamento estratégico da Petrobras, após a reestruturação de suas atividades no País, ocorrida a partir de 1997 com a quebra (ou flexibilização) do monopólio estatal do petróleo. Esse planejamento estratégico foi imperativo, em virtude do processo de privatizações que incluiu a maioria das atividades do setor petroquímico, quebrando a sequência de uma cadeia produtiva ou de atividades verticalizadas pela Petrobras. A verticalização é própria de todas as grandes empresas petrolíferas. Desse modo, os resultados obtidos pela Petrobras no Rio Grande do Norte – tanto nas atividades *upstream* (exploração e produção) como nas *downstream* (transporte, industrialização e comercialização) –, e as perspectivas de aumento da área de exploração e, conseqüentemente, da produção de petróleo, justificam os investimentos da Petrobras no processo produtivo e em projetos de pesquisas de novas formas ou técnicas de produção, desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Dessa forma, as atividades petrolíferas na Bacia Potiguar foram significativas e influenciaram nos resultados e no desempenho apresentados pela economia estadual, que será analisada a seguir.

4. O desempenho da economia do Rio Grande do Norte – Período pós-implantação da Petrobras – 1985-2004

Com as mudanças que ocorreram na base industrial do Rio Grande do Norte, após a instalação das atividades petrolíferas como uma nova matriz produtiva a partir do final dos anos 1970, torna-se relevante analisar os resultados obtidos pela economia, com base no seu desempenho no período pós-1985, como forma de verificar até que ponto o advento ou implantação da Petrobras foi capaz de provocar impacto nessa economia. Vale considerar, nesse contexto, a exigência imposta na diversificação de atividades industriais e/ou de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades petrolíferas ou da Petrobras na Bacia Potiguar. Essa análise, também, possibilita verificar, a partir de dados da evolução do valor do PIB pm – Produto Interno Bruto a preços de mercado – dos setores de atividades. Conforme o Gráfico 1, esse desempenho em relação às economias do Nordeste e do Brasil indica, no período analisado, qual foi sua importância ou contribuição para o conjunto da economia nacional.

Gráfico 1. Evolução do valor do PIB pm dos setores de atividade – 1985 a 2003



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005)

O desempenho negativo do setor agropecuário resultou da necessidade de introduzir novas formas de produção agrícola para superação desses problemas. A solução encontrada foi a de uma nova agricultura baseada na atividade da fruticultura, por ter características diversas da agricultura tradicional no que

concerne à utilização de água – ou seja, substitui os períodos de chuvas por um processo de irrigação específico. Assim, o setor agrícola do estado do Rio Grande do Norte passou por grandes transformações, motivado pela difusão e implantação de um polo de fruticultura localizado no semiárido nordestino, nas regiões de Mossoró/Apodi e de Açu, onde sua característica é a de uma agricultura de capital intensivo, com tecnologia moderna e a produção voltada para a exportação de frutas tropicais como melão, manga, banana, mamão, melancia e castanha de caju. Segundo Trindade:

“A civilização do semiárido nordestino foi constituída sob a síndrome das secas. O diagnóstico constituído pelas elites regionais e induzido no imaginário popular na açudagem e a irrigação como o remédio para amenizar os males causados por este problema. A irrigação tornou-se a alternativa presente em todas as propostas de solução para os problemas do Nordeste semiárido.”
(TRINDADE, 2004, p. 12)

Essa atividade agrícola baseada na irrigação imprimiu uma nova dinâmica na economia estadual, por ser uma atividade que demanda os principais fatores de produção: terras, mão de obra e água em abundância. Além disso, a participação do Estado foi importante por meio de políticas de incentivos às exportações, como as políticas fiscais ou creditícias (importantes para as vantagens competitivas no comércio exterior); e as políticas de assistência técnica e da infraestrutura de apoio, como a malha rodoviária, a rede de ferrovia, o sistema aeroportuário, a energia e comunicação, e os recursos hídricos (construções de barragens e açudes), necessários ao desenvolvimento da agricultura. Esses fatores possibilitaram a instalação de grandes empresas capitalistas, o que provocou uma melhoria nas técnicas de produção e nas condições de trabalho – mudanças nas relações sociais de produção –, com a introdução do regime do trabalho assalariado temporário e a reutilização da parceria na agricultura irrigada. Enquanto a atividade da agricultura tradicional cumpre o papel de preservar o emprego no campo, essas grandes empresas capitalistas, produtoras de frutas, absorvem grandes contingentes de trabalhadores e atraem empresas prestadoras de serviços – dentre elas, as fornecedoras de insumos agrícolas. Têm, portanto, um papel importante no processo de geração de renda dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários de terras.

Conforme o Gráfico 1, o PIB pm do setor industrial, apesar da redução no seu valor no período entre 1986 e 1990, não teve o seu valor absoluto afetado no final da série histórica (2003) – ou seja, não foi registrada uma queda no valor

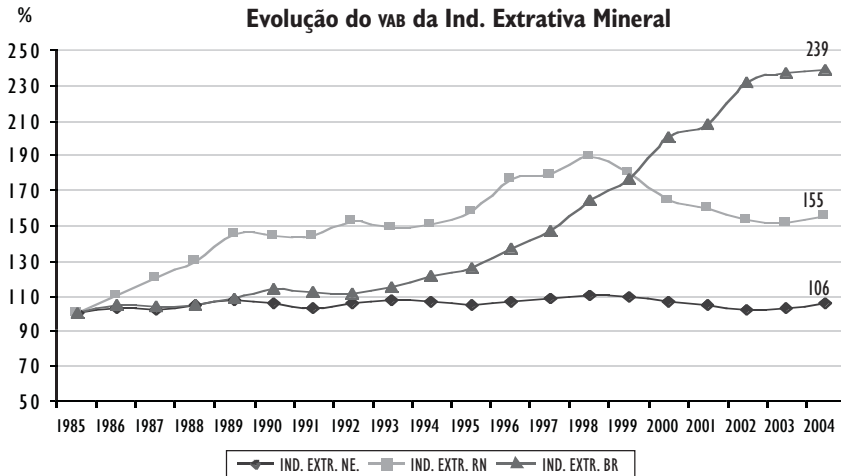
absoluto, haja vista que apresentou um crescimento de 37,08%: de R\$ 3,031 bilhões em 1985 para R\$ 4,155 bilhões em 2003. Esse crescimento de 37,08% foi resultado da tendência crescente do PIB a partir de 1991. Segundo Garcia:

“O conceito de PIB utilizado nas Contas Regionais do IBGE¹ para o período de 1985 a 2004 é a preços de mercado (PIB PM), e para obtê-lo estima-se primeiro o Valor Adicionado Bruto (VAB) – ‘valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao pib das diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades’, a preço básico corrente, subtraindo-se os serviços de intermediação financeira (que corresponde aos rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar) e acrescentando-se os impostos sobre produtos (impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários) líquidos de subsídios.” (GARCIA, 2006)

Como a atividade petrolífera, ou a Petrobras, é o núcleo do nosso objeto de estudo, convém analisar os resultados das atividades industriais: extrativa mineral, de transformação (Gráfico 2); dos serviços industriais de utilidade pública (Gráfico 3) e de construção civil (Gráfico 4), utilizando a estimativa do Valor Agregado Bruto a preços básicos correntes (VAB pb) para se obter o PIB de cada atividade, e, conseqüentemente, a ocorrência ou não do crescimento relativo do PIB estadual, como, também, sua significância em relação ao Nordeste e ao Brasil.

Os dados do Gráfico 2 demonstram que ocorreu um crescimento médio da atividade extrativa mineral no Rio Grande do Norte no período entre 1985 e 1998, quando comparados aos resultados do Nordeste e do Brasil. O desempenho dessa atividade na economia estadual, considerado bom, foi resultado da ampliação das atividades de exploração de petróleo que assegurou taxas de crescimento acima das verificadas no Brasil e em relação ao Nordeste, naquele período.

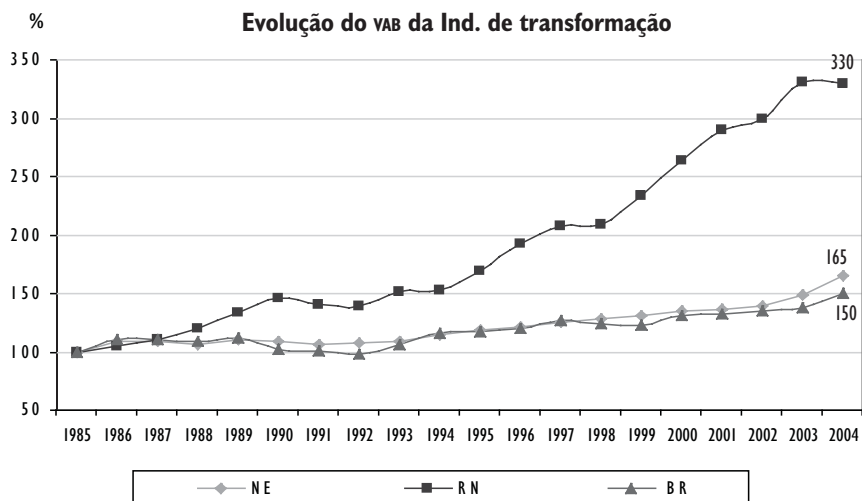
¹ As definições e conceitos utilizados aqui são encontrados no IBGE (1996 e 2005).

Gráfico 2. Evolução do VAB pb da indústria extrativa mineral – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

As atividades da indústria extrativa mineral correspondem à extração de minerais em estado natural – sólidos (carvão e outros minérios); líquido (petróleo); ou gasosos (gás natural) – e às atividades complementares de beneficiamento associados à extração, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais – exemplo da liquefação de gás natural.

A queda da taxa relativa de crescimento do VAB pb, a partir de 1999, deu-se em virtude do aumento da produção de petróleo na Bacia de Campos, RJ, que afetou a participação proporcional da atividade estadual no VAB pb nacional. Apesar disso, a atividade extrativa mineral do Rio Grande do Norte, ao final do período analisado, segundo o IBGE, alcançou um crescimento médio de 55% do VAB pb, menor que a média do Brasil, que foi de 139%, e maior do que a média do Nordeste, que alcançou 6%. Portanto, a atividade petrolífera, enquanto nova matriz produtiva, foi capaz de influenciar a diversificação da indústria de transformação. Para analisar o desempenho dessa atividade industrial, os dados do Gráfico 3, da evolução do VAB pb da indústria de transformação, foram comparados aos resultados obtidos tanto pelo Nordeste como pelo Brasil.

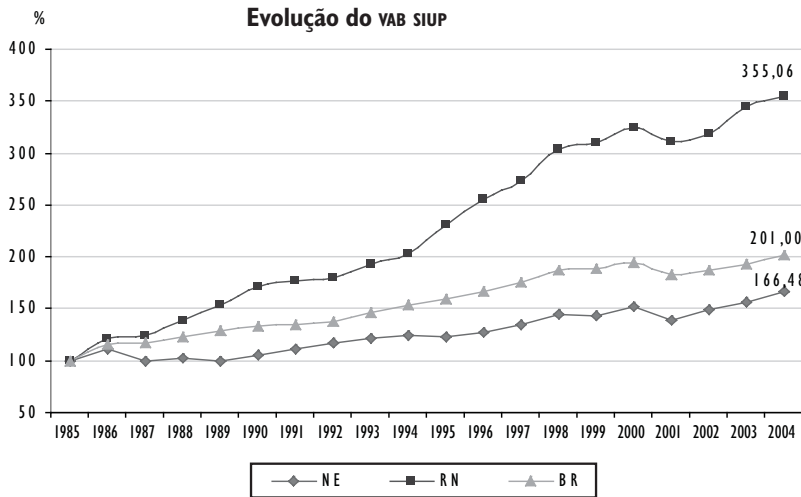
Gráfico 3. Evolução do VAB pb da indústria de transformação – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

A indústria de transformação compreende as unidades produtivas que se dedicam à oferta de bens duráveis e não duráveis, assim como outras atividades de serviços industriais de montagem de componentes de produtos industriais e instalação de máquinas e equipamentos (inclusive a manutenção e a reparação). Ao final da década de 1990 foi criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi), com a finalidade de incentivar atividades produtivas capazes de transformar a estrutura industrial com a instalação de empresas nos ramos de extração de minerais não metálicos, produtos alimentícios e bebidas, produtos têxteis, confecções de vestuários e acessórios, celulose e papel, produtos químicos, usina de álcool etc.

Os resultados obtidos, em termos de crescimento, pela indústria de transformação do Rio Grande do Norte – conforme a evolução do seu Valor Adicionado Bruto a preços básicos correntes –, foram superiores aos observados no Nordeste e no Brasil. O crescimento médio da indústria de transformação do Rio Grande do Norte foi, segundo o IBGE, de 230%, enquanto o nível de crescimento médio do VAB pb do Nordeste foi 65% e do Brasil, 50%.

Outra atividade industrial que obteve excelentes resultados foi a de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), conforme Gráfico 4. Essa atividade obteve um desempenho acentuado, no período, em virtude do crescimento ocorrido tanto na atividade extrativa mineral como na indústria de transformação – ambas passaram a demandar uma maior quantidade de energia elétrica, gás industrial, água tratada etc.

Gráfico 4. Evolução do VAB pb dos serviços industriais de utilidade pública – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

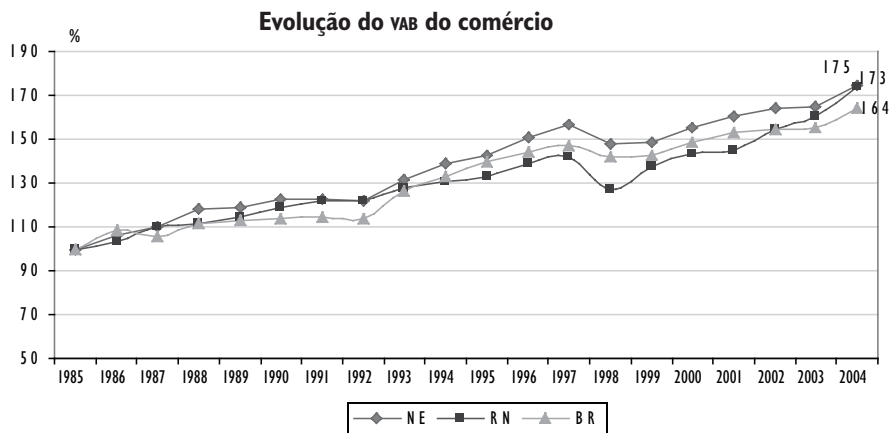
Os serviços industriais de utilidade pública foram os que tiveram um crescimento mais significativo, em relação às outras atividades industriais. Observa-se que esse crescimento médio foi superior ao crescimento médio do Nordeste (66%) e do Brasil (101%). O êxito dessa atividade pode ser explicado, em grande parte, pelas exportações de gás industrial para os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Os resultados positivos das atividades industriais exerceram forte influência na evolução das atividades do setor de serviços, principalmente a extrativa mineral do petróleo e gás natural por ter imprimido uma nova dinâmica à economia do Rio Grande do Norte. Da mesma forma, a atividade turística do estado – em expansão, em virtude das condições de infraestrutura hoteleira e climática, sol, praia, gastronomia etc. próprias da Região Nordeste – contribuiu significativamente para o crescimento das atividades do setor serviços.

O PIB pm do setor serviços foi, em comparação com os outros setores, o que teve o melhor desempenho na economia do Rio Grande do Norte, conforme os dados do Gráfico 1, comparando os valores de 1985, que representou R\$ 2,412 bilhões, e de 2003, que atingiu R\$ 4,646 bilhões. Observa-se que o PIB pm no ano de 2000 teve o maior valor alcançado pelo setor (R\$ 4,780 bilhões), no período.

Convém analisar o desempenho das principais atividades do setor de serviços a partir da evolução do VAB pb, para identificar as que mais cresceram no período, comparadas com os resultados do Nordeste e do Brasil. A atividade do comércio é significativa no setor – em virtude de representar a atividade na qual se realizam

todas as transações de mercadorias, no atacado ou no varejo –, assim como a prestação de serviços que está relacionada com essas transações (vendas de mercadorias), conforme o Gráfico 5:

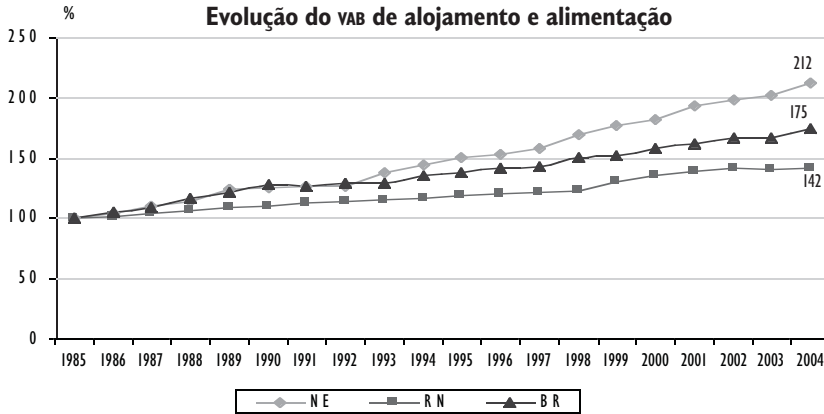
Gráfico 5. Evolução do VAB pb do comércio – 1985-2004



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2002).

O desempenho da atividade do comércio, no Rio Grande do Norte, no Nordeste e no Brasil, apesar de ligeiras oscilações, guardou, entre si, uma semelhança nos seus resultados. O Rio Grande do Norte registrou um crescimento médio de 73%, superior ao resultado do Nordeste, de 64%, e sua expansão foi inferior à média do Brasil, de 75%. Assim, a atividade do comércio apresentou em todo o período um crescimento médio de 70,66% para o conjunto da economia nacional.

Outras atividades importantes do setor serviços são as de alojamento e de alimentação. Correspondem, basicamente, às atividades de hotelaria e restaurantes, que desempenham um papel preponderante para a expansão do comércio e para a consolidação da atividade turística estadual. O Gráfico 6 possibilita analisar o crescimento ou a evolução do VAB pb dessas atividades:

Gráfico 6. Evolução do VAB pb nas atividades de alojamento e alimentação – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

O desempenho das atividades de alojamento e alimentação, no Rio Grande do Norte, não foi o melhor do setor, se comparado com os resultados do Nordeste e do Brasil. Mesmo considerando a vocação turística do estado, essas atividades cresceram no período em média 42%, abaixo do desempenho médio do Nordeste, que foi de 112%, e do Brasil, de 75%. Vale destacar que essa vocação turística não é uma característica exclusiva do Rio Grande do Norte, apesar de oferecer aos visitantes alguns diferenciais turísticos. Essa vocação ou característica turística está presente em todos os estados brasileiros.

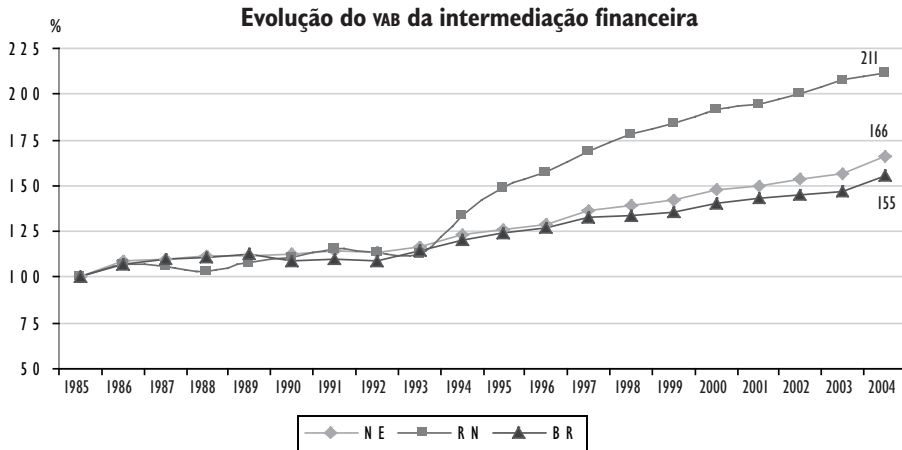
No setor serviços, a atividade que apresentou a maior taxa de crescimento (segundo a evolução do VAB pb), em todo o conjunto da economia, foi o de comunicações, conforme o Gráfico 7:

Gráfico 7. Evolução do VAB pb nos serviços de comunicações – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

Ao analisar os dados do IBGE, do Gráfico 7, verifica-se que o desempenho ou expansão do VAB pb dos serviços de comunicações no Rio Grande do Norte, no período em estudo, ficou acima do crescimento médio do Nordeste e do Brasil. Os dados mostram que a atividade de comunicações, no estado, cresceu em média 719%; no Nordeste, 506%; e no Brasil, 433%. Este excelente desempenho é destacado por Garcia ao afirmar que “o efeito da expansão das telecomunicações, aliado às tarifas reajustadas acima da inflação média anual, a partir do processo de privatização das empresas de telecomunicações, explica o alto grau de crescimento verificado a partir de 1999” (GARCIA, 2006, p. 12). Essas vantagens, aliadas aos investimentos externo no setor e à introdução de novas tecnologias das comunicações, foram determinantes para assegurar o crescimento obtido.

O Gráfico 8 apresenta dados da atividade de intermediação financeira, que corresponde às transações financeiras ou de ativos financeiros. São computados, nessa atividade, dados relativos às atividades de seguros, previdência complementar, planos de saúde etc.

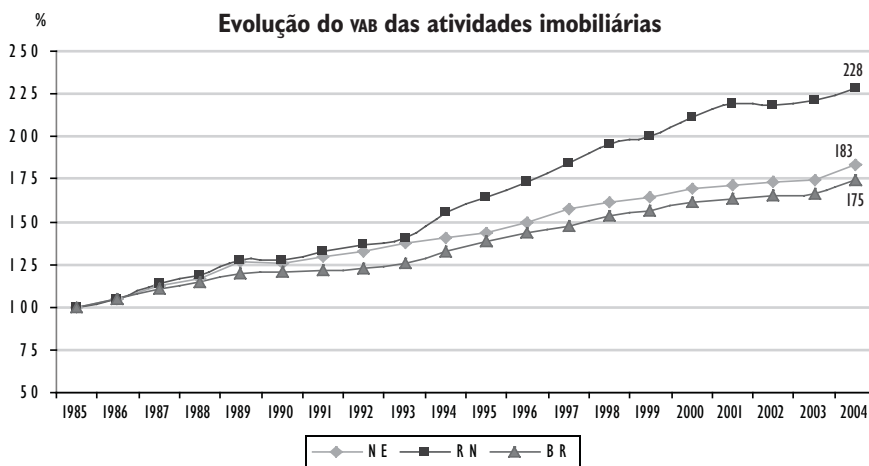
Gráfico 8. Evolução do VAB pb nas atividades de intermediação financeira – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

A exemplo das outras atividades do setor serviços, a intermediação financeira teve um excelente desempenho no Rio Grande do Norte, superior à média do Nordeste e do Brasil. A expansão do VAB pb dessa atividade foi menor no Brasil, que obteve um crescimento médio de 55%, e no Nordeste, que ficou em 66%, enquanto no Rio Grande do Norte esse crescimento médio foi de 111%, no período. Esse crescimento foi mais significativo a partir de 1995.

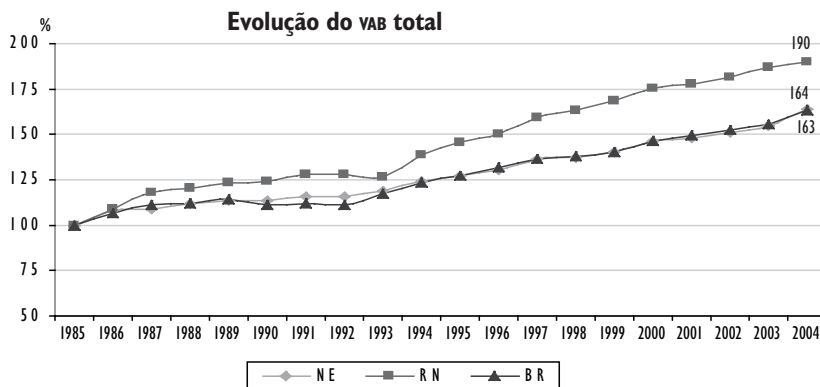
Por último, as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. Conforme as classificações do IBGE, correspondem a aluguel, administração de imóveis, atividades de informática e de pesquisas básicas (experimentais ou teóricas), e práticas relacionadas às ciências físicas, naturais, sociais e humanas. Os dados do Gráfico 9 demonstram a evolução do VAB pb das atividades imobiliárias:

Ao considerar a importância das atividades petrolíferas na economia potiguar, como principais demandantes dos serviços das atividades imobiliárias, pode-se admitir que são relativamente responsáveis pelo desempenho do VAB pb do Rio Grande do Norte, que cresceu em média 128%, no período. Esse crescimento foi superior ao crescimento médio obtido pelo Nordeste, 83%, e pelo Brasil, que foi em média 75%.

Gráfico 9. Evolução do VAB pb das atividades imobiliárias – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

O excelente desempenho ou crescimento do Valor Agregado Bruto Total, a preços básicos correntes, da economia do Rio Grande do Norte, no período estudado (1985-2004), pode ser constatado nos dados do Gráfico 10:

Gráfico 10. Evolução do VAB pb total da economia do Rio Grande do Norte – 1985-2004

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

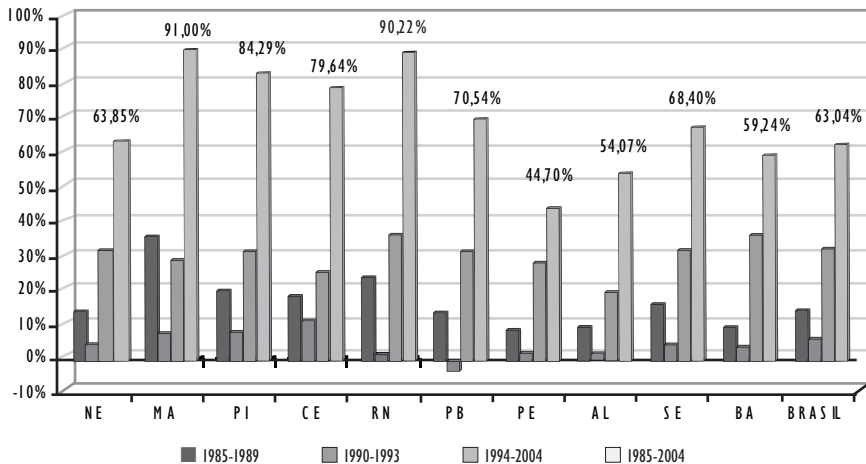
Os dados da Evolução do Valor Agregado Bruto (a preços básicos correntes) Total confirmam o desempenho do VAB pb do Rio Grande do Norte no período de 1985-2004, quando obteve um crescimento superior ao das taxas médias do Nordeste e do Brasil. Isto significa que o Rio Grande do Norte obteve taxa de

crescimento médio em torno de 90%, enquanto a taxa média do Nordeste foi de 64% e a do Brasil, 63%.

5. Considerações finais

A concentração industrial que ocorreu na economia do Rio Grande do Norte, no período pós-implantação das atividades petrolíferas, reflete o impacto das políticas de reestruturação produtiva da Petrobras – mais intensamente a partir da segunda metade da década de 1990 com a quebra do monopólio de exploração e produção de petróleo ou sua flexibilização –, que adotou novas tecnologias de gestão e de organização da produção e do trabalho, necessárias a sua adequação ao mercado externo ou globalizado. Importante considerar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi) do RN, sob a responsabilidade do governo estadual, que desempenhou um papel importante nos resultados da economia. Constatou-se que, mesmo conseguindo um crescimento acima da média, o desempenho da economia do Rio Grande do Norte, conforme dados do Gráfico 11, e apesar das especificidades locais, tem uma participação pouco significativa na formação do VAB pb do conjunto da economia, no período entre 1985 e 2004.

Gráfico 11. Evolução do VAB pb dos estados do Nordeste, da Região e do Brasil – 1985-2004.



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil (2005).

Com a implantação de políticas de reestruturação, a Petrobras imprimiu uma nova filosofia baseada em “programas de qualidade, na adoção da

automação, no emprego de novas técnicas gerenciais, na certificação de processos, na redução do número de petroleiros efetivos, na terceirização de atividades e no aumento de petroleiros terceirizados” (SOBRINHO, 2006, p. 173). Essa reestruturação foi resultado dos objetivos fundamentados na redução de custos, no aumento da produtividade e da competitividade da empresa que resultariam no aumento da taxa de lucros. Esses objetivos modificaram as relações entre capital e trabalho, a partir da flexibilização das formas de contratação dos petroleiros, ao terceirizar as atividades produtivas. Ao comentar sobre o processo de terceirização, Silva afirma: “Era a constatação de uma nova conjuntura política e econômica no País e um novo cenário que se firmava na Petrobras, agora primado pela competitividade e voltado para buscar melhores níveis de produtividade e qualidade compatíveis com um mercado externo, para o qual os trabalhadores teriam que se adequar” (SILVA, 2005, p. 109).

A terceirização das atividades produtivas da Petrobras, além do aumento no número de empresas contratadas, significou condições de trabalho precárias, no que concerne às formas de contratos, aos níveis salariais, jornadas, qualificação da força de trabalho, movimento sindical dos petroleiros fragilizado, entre outros.

O desempenho da economia do Rio Grande do Norte foi palco de diversos debates, na tentativa de explicar, evidentemente, o que causou tais resultados. Se, por um lado, Gomes da Silva afirma que:

“Os estudos que buscaram explicar o dinamismo da economia potiguar são unânimes em atribuir tal efeito ao excelente desempenho do setor industrial e de serviços. Ressalte-se, ainda, que o crescimento do setor de serviços aparece atrelado ao desempenho do setor industrial que, em última análise, se constitui no elemento dinâmico por excelência da economia potiguar. Esta ótica de explicação do comportamento da economia potiguar, tomando o setor industrial como elemento dinamizador procura se respaldar numa análise macro da economia nacional e, principalmente, regional”. (GOMES DA SILVA, 1999, p. 312)

Por outro lado, Farias afirma que:

“o desempenho da economia do Rio Grande do Norte, sob o ponto de vista setorial, revela uma acentuação do setor industrial e também do setor de serviços. O setor agropecuário passa nitidamente por um processo de declínio. Muitas das irregularidades do setor agropecuário estão associadas a fatores climáticos, em especial as secas que atingem o semiárido nordestino. Contudo, há um componente de longo prazo, que reduz a participação do setor primário na

economia estadual. Esse é um processo natural do desenvolvimento econômico: a indústria e os serviços ganham posição frente ao setor primário.” (FARIAS, 2000, p.19)

Portanto, constatou-se que a atividade produtiva do Rio Grande do Norte mais significativa em relação a sua participação na economia brasileira é a extrativa mineral (3,48%). Os produtos que apresentaram maior peso nessa atividade, pela ordem de importância, no período analisado, foram: petróleo, gás natural, sal marinho e tungstênio. Convém destacar a importância dessa atividade produtiva, especificamente a petrolífera, que impôs um novo dinamismo à economia do Rio Grande do Norte, seja pelas suas características produtivas ou pela sua capacidade de concentrar diversas atividades industriais e de serviços que interagem entre si.

Referências

Livros

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. 2ª. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

GARCIA, O.L. *Evolução da economia do Rio Grande do Norte, no período de 1985 a 2004*. Natal: Secretaria de Estado da Tributação – Rio Grande do Norte, 2006. (Relatório para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

IBGE. *Conceitos e definições*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996 e 2005.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOREIRA, R. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TRINDADE, G.M. *A fruticultura irrigada no projeto Baixo-Açu: uma análise da eficiência na irrigação*. Natal: UFRN, 2004.

VIDAL, J.W.B.; VASCONCELOS, G.F. *Petrobrás, um clarão na história*. Brasília: Sol Editora, 2001.

Dissertação, tese e monografia

SILVA, F.T. *Reestruturação produtiva na Petrobrás e ação sindical dos petroleiros no RN*. Dissertação (mestrado). Natal: UFRN, 2005.

SOBRINHO, Z.P. *Reestruturação produtiva e terceirização: o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobrás no RN*. Dissertação (mestrado). Natal: UFRN, 2006.

Documentos eletrônicos

IBGE. *Censo demográfico do Rio Grande do Norte – 1970-2000*.

[http: www.//ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

_____. DIRETORIA DE PESQUISAS, DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAS.
Contas regionais do Brasil, 1985-2005: informações por unidades da federação.
Rio de Janeiro: IBGE, 2005 (CD-ROM).

HERMES MAGALHÃES TAVARES

REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA OBRA DE CELSO FURTADO

I. Introdução

O estudo da noção de região no contexto brasileiro está presente em grande parte da obra de Celso Furtado. Nela é possível identificar dois tipos de abordagem regional: uma de caráter histórico, direcionada ao estudo da evolução da economia brasileira; outra que trata do Nordeste em suas relações com outras regiões do País no contexto da década de 1950. A primeira dessas abordagens foi desenvolvida na *Formação econômica do Brasil*, concluída em 1958 e publicada em 1959; e a segunda substanciou-se em *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, também de 1959.

Sem dúvida, é nesse segundo texto – que se tornou conhecido simplesmente como *GTDN* – que estão contidas as ideias de Celso Furtado sobre desenvolvimento regional e região.¹ A nossa hipótese é que a pesquisa do autor para compreender a economia brasileira numa perspectiva histórica foi crucial para a elaboração do *GTDN*. Pode-se apresentar como exemplos a percepção de invariâncias como a da economia de subsistência e a dos desequilíbrios espaciais na economia brasileira. Eis porque, no escopo desta comunicação, tratamos principalmente dessas duas obras. Referências serão feitas também a outros textos do autor que se ocupam igualmente da questão regional, porém sem a relevância das duas obras indicadas.²

Este texto está assim estruturado: um primeiro item em que fazemos uma síntese da trajetória intelectual do autor, necessária para compreender o tema que será abordado; um segundo item que trata da noção de região tal como se delinea historicamente na *Formação econômica do Brasil*; um terceiro item que trata da constituição das macrorregiões nas fases avançadas no desenvolvimento industrial; um quarto item no qual é abordada a problemática do Nordeste; e um item final no qual são apresentadas algumas conclusões.

¹ *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste* foi elaborado por Celso Furtado em um prazo bastante curto e apresentado por ele ao presidente Juscelino Kubitschek em março de 1959. Furtado explica que ele próprio sugeriu que o documento fosse publicado sob a autoria do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste que funcionava no BNDES (àquela época, BNDE) para evitar reações de caráter ideológico ao estudo que seria oficializado pelo presidente da República.

² São elas: *A Operação Nordeste* (1959); *A pré-revolução brasileira* (1963); *A fantasia organizada* (1985).

2. Anotações sobre a trajetória intelectual de Furtado

Em texto preparado para a Unesco em 1972 (*Autorretrato intelectual*), Furtado dividiu a sua trajetória profissional, até aquele ano, em três fases: a) os dez anos em que passou na Cepal, em Santiago do Chile; b) os anos em que dirigiu a Sudene; c) a sua vida como acadêmico, em Yale, nos Estados Unidos, e mais demoradamente na Universidade de Paris.³ Dado o escopo deste trabalho são as duas primeiras fases que nos interessam de perto, isto é, a da Cepal, quando, ao final, escreveu a *Formação econômica do Brasil*, e a da Sudene, pois a nossa questão é verificar de que forma, na obra de Furtado, se dá a passagem de uma determinada construção teórica à ação dirigida à elaboração e consecução de uma política para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Sem nenhuma dúvida, o nome Celso Furtado está ligado ao da Cepal, de cuja teorização sofreu influência e para a qual também contribuiu. Abordaremos primeiramente o primeiro aspecto, deixando o segundo (a sua contribuição) para o item seguinte. Cabe lembrar que em seus primeiros anos, a Cepal foi fortemente marcada pelas ideias de Raul Prebisch, apresentadas no *Estudio económico de América Latina – 1949*, cuja força explicativa viria provocar uma verdadeira ruptura na compreensão dos problemas econômicos dessa região. Mais do que qualquer outro, Celso Furtado foi o primeiro a perceber o profundo significado desse marco teórico, que, segundo ele, poderia mudar a face da América Latina, caso fosse aceito pelos governos da região.

Compreende-se assim o empenho de Furtado em traduzir o *Estudio* e divulgá-lo entre instituições influentes no Brasil, como a Fundação Getúlio Vargas e a Confederação Nacional da Indústria, esta representada por Rômulo de Almeida, Ewaldo Correia Lima e Heitor Lima Rocha. Por este motivo, o Brasil acabou por funcionar, inicialmente, como verdadeira caixa de ressonância das ideias cepalinas.

Dois anos depois do início da Cepal, durante os preparativos para a reunião de São José da Costa Rica, havia fortes indícios de que os Estados Unidos vetariam a continuidade desse órgão. Furtado fez gestões junto ao governo brasileiro (segundo governo Vargas), no sentido de que este votasse pela permanência do órgão. Em suas memórias, ele diz que a posição favorável assumida por Vargas, em defesa da Cepal, foi fundamental para a sua manutenção, pois o voto do Brasil contribuiu para que vários outros países latino-americanos assumissem idêntica posição (FURTADO, 1985).

³ Estranhamente, o autor não inclui a sua fase no Brasil como funcionário do governo federal, iniciada em 1944.